

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF LUIZ FRANCISCO LIÃO MARINO

**COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA:
O EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE
AO NARCOTRÁFICO NA FAIXA DE FRONTEIRA**

**Rio de Janeiro
2022**

CAP INF LUIZ FRANCISCO LIÃO MARINO

**COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA:
O EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE
AO NARCOTRÁFICO NA FAIXA DE FRONTEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do
Grau Especialização em Ciências
Militares.

Orientador: Cap Inf Leonan Nicolau da Silva Moraes

**Rio de Janeiro
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Francisco José de Paula Junior
CRB7/6686

M339

Marino, Luiz Francisco Lião.

Combate ao narcotráfico no Comando Militar da Amazônia:
o emprego do Batalhão de Infantaria de Selva no combate ao
narcotráfico na faixa de fronteira / Luiz Francisco Lião Marino –
2022.

56 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2022.

Orientação: Cap. Leonam Nicolau da Silva Moraes

1. Fronteira. 2. Narcotráfico. 3. Amazônia. I Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais. II Título.

CDD: 355



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA / CURSO DE INFANTARIA

Ao Capitão de Infantaria **LUIZ FRANCISCO LIÃO MARINO**

O Presidente da Comissão de Avaliação do TCC, cujo título é **COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA: O EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA FAIXA DE FRONTEIRA**, informa à Vossa Senhoria o seguinte resultado da deliberação: **APROVADO** com o conceito **BOM**.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2022

VINICIUS VALVERDE ANDRIES – Maj

Presidente

LEONAN NICOLAU DA SILVA MORAES – Cap

1º Membro

MARCUS VINÍCIUS FALCÃO FIGUEIREDO DO NASCIMENTO – Maj

2º Membro

CIENTE: _____

LUIZ FRANCISCO LIÃO MARINO - Cap

Postulante

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por permitir que eu vivesse o meu maior sonho.

À minha mãe que me ensinou que uma vida sem sonhos não vale a pena ser vivida e que sacrificou os seus para que eu pudesse realizar os meus.

Ao meu pai que me ensinou que um homem é aquilo que ele faz e que a honra não reside na vitória, mas na disposição de lutar.

Ao meu avô, Jairo, que me ensinou a buscar a felicidade por meio de pequenas realizações do dia a dia e que um homem encontra sua razão de existir ao se dedicar à aqueles que ama.

À minha avó, Mafalda, pelo carinho e que me ensinou que a simplicidade é sinal de grandeza da alma.

À minha esposa pelo companheirismo, paciência e dedicação integral à nossa família.

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la.”

(Gen. Ex. Rodrigo Octávio Jordão Ramos)

RESUMO

O combate ao narcotráfico na Amazônia é uma tarefa complexa e um desafio para o Estado Brasileiro. As características regionais, em particular na faixa de fronteira, profundamente marcadas por vazios demográficos, densa floresta latifoliada, cortada por extensa rede de rios penetrantes, presença de povos indígenas e populações ribeirinhas além da marcante ausência do Estado, tornam a região um terreno fértil para a prática de todo tipo de ilícito. Soma-se a isso, a proximidade com grandes produtores de entorpecentes, o que atrai as atenções do crime organizado, tornando a região palco de intensas disputas pelo controle de rotas de tráfico que visam interiorizar a droga ou são vias de passagem rumo ao mercado americano e europeu. As ações desencadeadas no nível unidade, no contexto do combate às drogas na Faixa de Fronteira Amazônica, particularmente a faixa fronteira compreendida dentro da área do Comando Militar da Amazônia (CMA), demandam um planejamento específico de forma a potencializar seus resultados, explorando ao máximo as capacidades orgânicas dos Batalhões de Infantaria de Selva (BIS). O planejamento bem executado configura-se como fator preponderante para o sucesso de qualquer operação e no combate ao narcotráfico não é diferente, o que torna lógico e muito oportuno a busca por um consenso de como conduzir tais operações. O objetivo deste trabalho foi promover o aprofundamento dos conhecimentos a respeito do planejamento de Operações de Combate ao Tráfico de Drogas na Faixa de Fronteira do CMA à luz da doutrina, buscando reunir informações que colaborassem com esse objetivo, fazendo-se relevante devido à escassez de fontes de consulta e também a dispersão do material já eventualmente produzido, utilizando para isso, como modalidade de pesquisa, o método indutivo. A pesquisa realizada foi do tipo aplicada, uma vez que buscava produzir conhecimentos que viéssem a auxiliar planejamentos futuros de Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira do CMA.

Palavras-chave: BIS, CMA, Fronteira, Narcotráfico, Planejamento.

ABSTRACT

Combating drug trafficking in the Amazon is a complex task and a challenge for the Brazilian State. The regional characteristics, particularly in the border strip, deeply marked by demographic voids, dense broadleaf forest, cut by an extensive network of penetrating rivers, the presence of indigenous peoples and riverside populations, in addition to the marked absence of the State, make the region a fertile ground for the practice of all kinds of illicit acts. Added to this, the proximity to major producers of narcotics, which attracts the attention of organized crime, making the region the scene of intense disputes over the control of trafficking routes that aim to internalize the drug or are passageways towards the American market. and European. The actions carried out at the unit level, in the context of the fight against drugs in the Amazon Border Range, particularly the border area within the area of the Amazon Military Command (CMA), demand specific planning in order to maximize its results, exploiting to the fullest the organic capabilities of Jungle Infantry Battalions. Well-executed planning is a key factor for the success of any operation, and the fight against drug trafficking is no different, which makes it logical and very timely to seek a consensus on how to conduct such operations. The objective of this work was to promote the deepening of knowledge about the planning of Operations to Combat Drug Trafficking in the Border Strip of the CMA in the light of the doctrine, seeking to gather information that collaborates with this objective, making it relevant due to the lack of consultation sources and also the dispersion of material already produced, using the inductive method as a research modality. The work carried out was of the applied type, since it seeks to produce knowledge that would help future planning of Operations to Combat Drug Trafficking in the Border Strip of the CMA.

Keywords: Border, CMA, Drug Trafficking, Planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Soldados britânicos em patrulha na selva da Malásia	16
Figura 2 – Assalto aeromóvel na guerra do Vietnã em 1965	17
Figura 3 – Militares do Exército Brasileiro em patrulha	21
Figura 4 – Drogas transportados pelos rios	26
Figura 5 – Guerrilheiros das FARC	27
Figura 6 – Rebelião em presídio em Manaus-AM	29
Figura 7 – Amostra das respostas à pergunta N°10	42
Figura 8 – Amostra das respostas à pergunta N°10	42
Figura 9 – Amostra das respostas à pergunta N°10	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Respostas à Pergunta N°1 do Questionário	34
Gráfico 2 – Respostas à Pergunta N°2 do Questionário	35
Gráfico 3 – Respostas à Pergunta N°3 do Questionário	36
Gráfico 4 – Respostas à Pergunta N°4 do Questionário	36
Gráfico 5 – Respostas à Pergunta N°5 do Questionário	37
Gráfico 6 – Respostas à Pergunta N°6 do Questionário	38
Gráfico 7 – Respostas à Pergunta N°7 do Questionário	39
Gráfico 8 – Respostas à Pergunta N°8 do Questionário	40
Gráfico 9 – Respostas à Pergunta N°9 do Questionário	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1. PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Geral	12
1.2.2 Específicos	12
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO	13
1.4 JUSTIFICATIVA	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 FONTES DOUTRINÁRIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS	17
2.2 FONTES HISTÓRICAS E VISÃO GEOPOLÍTICA	22
3. METODOLOGIA	30
3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO	30
3.2 AMOSTRA	31
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA	31
3.3.1 Procedimentos para revisão da literatura	32
3.3.2 Procedimentos Metodológicos	32
3.3.3 Instrumentos	33
3.3.4 Análise dos Dados	33
4. RESULTADOS	34
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
5.1 PERGUNTAS (Nº1 / Nº2)	45
5.2 PERGUNTAS (Nº3 / Nº4).....	46
5.3 PERGUNTAS (Nº5 / Nº6)	47
5.4 PERGUNTAS (Nº7 / Nº8)	49
5.5 PERGUNTAS (Nº9 / Nº10)	50
6. CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma extensa faixa de fronteira localizada na região Amazônica, abarcando as delimitações territoriais com sete países vizinhos, totalizando 9767,7Km em área exclusivamente compreendida dentro do bioma amazônico. Somente na porção fronteira com a Bolívia, onde sua extensão total é de 3.423,2 Km, parcela da fronteira encontra-se localizada na zona de transição com o bioma do Pantanal. Inclui-se, ainda, o bioma do Lavrado, que ocorre nas regiões da faixa de fronteira junto ao Planalto das Guianas, considerando-se que suas características peculiares de vegetação e relevo encontram-se inseridas dentro da dinâmica maior da Amazônia Legal Brasileira.

Esta gigantesca extensão territorial, que equivale a mais de três vezes a fronteira entre Estados Unidos e México, caracteriza-se pelo notado vazio demográfico e marcante ausência de Órgãos Governamentais. O Exército Brasileiro, particularmente por meio dos Batalhões de Infantaria de Selva, muitas vezes é o único representante do Estado Brasileiro na região.

Com o advento das legislações antidrogas, no final do século XIX e mais fortemente na primeira metade do século XX, consolidava-se na sociedade ocidental uma relação ambígua com relação aos entorpecentes. A época, em que ainda se desenrolava a transição demográfica dos campos para as cidades, constatava-se o aumento da repressão ao consumo de drogas na mesma medida em que crescia a demanda por entorpecentes, particularmente nas grandes regiões metropolitanas.

Na segunda metade do século XX, com o advento dos movimentos de contracultura, o consumo de drogas ilícitas, particularmente cocaína e maconha, aumentou exponencialmente, gerando grande demanda internacional. Países da América Latina como Peru, Bolívia e Colômbia rapidamente se consolidaram como os principais produtores de drogas que abasteciam os mercados americano e europeu. Parte significativa das rotas de tráfico passam por território brasileiro através da fronteira Amazônica, colocando o Brasil no epicentro do problema das drogas no ocidente.

Grupos narcoguerrilheiros como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ou o Sendero Luminoso no Peru, ambos de viés ideológico marxista, estabeleceram-se nas regiões de floresta de seus respectivos países,

passando a operar na faixa de fronteira junto ao Brasil. Ocorre, posteriormente, a associação destes grupos guerrilheiros com grandes conglomerados do crime organizado, como os carteis colombianos de Cali e Medellín ou os brasileiros Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), todos, em maior ou menor medida, dedicados ao controle da cadeia produtiva e de distribuição de entorpecentes. Tornou-se evidente que o enfrentamento ao narcotráfico extrapolara as capacidades das forças policiais e gradativamente arrastava as Forças Armadas para o enfrentamento mais direto ao narcotráfico.

1.1 PROBLEMA

As características de vegetação e relevo do bioma Amazônico somadas a esparsa e irregular distribuição populacional, marcante ausência do Estado e principalmente a proximidade com grandes produtores de entorpecentes, tornam o tráfico internacional de drogas o mais complexo problema na faixa de fronteira Amazônica. As organizações criminosas, dedicadas ao refino e traslado das drogas através da faixa de fronteira, acumulam experiências e recursos para articular uma espessa rede de transporte capaz de cruzar a fronteira por matas e rios, contando ainda com limitada, porém eficiente, estrutura de defesa.

O Estado Brasileiro, compreendendo a enorme dificuldade quanto ao patrulhamento da faixa de fronteira, particularmente na Amazônia, concede às Forças Armadas poder de polícia para combater crimes ambientais e transfronteiriços. Por meio da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 que foi posteriormente alterada pela Lei Complementar 117, de 2 de setembro de 2004, as tropas federais passam a ter o respaldo legal para agir no combate ao narcotráfico.

O Exército Brasileiro, particularmente por meio dos Batalhões de Infantaria de Selva, está engajado no combate ao tráfico internacional de drogas. Diante deste enorme desafio, se impõe a pergunta: como um Batalhão de Infantaria de Selva pode atuar para maximizar sua eficiência no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira Amazônica, buscando identificar suas reais possibilidades e também quais seriam suas principais limitações que impactam no cumprimento da missão?

1.2 OBJETIVOS

O ambiente de selva impõe severas restrições à mobilidade, a disposição e movimentação das tropas no terreno. Quando não apoiadas por vetor aeromóvel, tornam-se limitadas à velocidade do homem a pé, que por sua vez, sofre influência das características de vegetação (selva primária ou secundária). O emprego de embarcações táticas de transporte de grupo de combate ou esquadra é uma alternativa amplamente utilizada para contornar a questão da mobilidade. Porém, este tipo de transporte está suscetível aos regimes de vazante que podem interferir na navegabilidade dos rios, além do fato de que boa parte da faixa de fronteira amazônica não é servida de rios navegáveis. Soma-se a isso as grandes distâncias e a ausência de infraestruturas de transporte, como estradas e pontes, que impõem um desafio logístico à manutenção e prolongamento das operações.

No contexto do narcotráfico na faixa de fronteira, é importante salientar que as organizações criminosas fazem amplo uso de mão de obra local, coordenando um fluxo contínuo por trilhas e rios, explorando a cobertura vegetal e fazendo uso da experiência dos habitantes locais, cooptados pelo crime organizado, para desbordar as estruturas de fiscalização. Devido a esta situação, não é raro que vultosas e onerosas operações, conduzidas por Batalhões de Infantaria de Selva, não apresentem ao seu final resultados satisfatórios, seja em apreensão de ilícitos, seja na elevação da sensação de segurança.

Diante desse cenário desafiador, procurei aprofundar os conhecimentos a respeito do planejamento das operações contra o tráfico de drogas. Busquei confrontar as experiências colhidas com uma revisão de casos históricos à luz da doutrina preconizada para operações em ambiente Amazônico, buscando identificar possibilidades e limitações do Batalhão de Infantaria de Selva no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira do CMA.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar oportunidades de melhoria no planejamento para o emprego do Batalhão de Infantaria de Selva a fim de maximizar sua eficiência no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira do CMA.

1.2.2 Objetivos Específicos

Tendo como base esse objetivo geral, foram estabelecidos objetivos específicos com a finalidade de proporcionar uma condução adequada dos trabalhos de pesquisa, facilitando a condução do raciocínio em direção à conclusões lógicas, sendo eles:

- Identificar as raízes históricas e razões de caráter prático que levaram o crime organizado a se estabelecer na faixa de fronteira Amazônica;
- Identificar o Modus Operandi padrão empregado pelo narcotráfico na faixa de fronteira;
- Apresentar casos históricos de operações em ambiente de selva, no Brasil e no exterior traçando uma linha evolutiva a partir das experiências colhidas e analisando sua influência na evolução da doutrina com foco no Batalhão de Infantaria de Selva.
- Identificar as fases de uma operação padrão conduzida por um Batalhão de Infantaria de Selva no combate ao narcotráfico buscando oportunidades de melhoria.
- Apresentar as possibilidades e limitações do Batalhão de Infantaria de Selva.
- Identificar oportunidades de melhoria no planejamento para o emprego do Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) em Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Com a finalidade de aprofundar os estudos e atingir os objetivos geral e específicos deste trabalho, foram elaboradas questões de estudo de modo a possibilitar um direcionamento lógico dos esforços de pesquisa. Seguem abaixo os questionamentos considerados como prioridade a serem elucidados a fim de contribuir com a busca por um aprimoramento do planejamento das operações contra o narcotráfico conduzidas pelos Batalhões de Infantaria de Selva:

a) Quais os fatores determinantes para o estabelecimento e manutenção da presença do crime organizado dedicado ao narcotráfico na Amazônia?

b) Existe doutrina no âmbito do Exército Brasileiro debruçada sobre a questão do combate ao narcotráfico?

c) Quais paralelos podem ser estabelecidos entre a condução de operações de infantaria em ambiente de selva, particularmente contra forças irregulares, executadas por exércitos de outros países e as operações contra o narcotráfico conduzidas pelo Exército Brasileiro por meio dos Batalhões de Infantaria de Selva?

d) Quais fatores, mais frequentemente, influenciam a condução de uma operação de um Batalhão de Infantaria de Selva, contra o narcotráfico, atuando como centro de gravidade preponderante, podendo limitar seu alcance e eficiência?

e) Qual o Modus Operandi predominantemente empregado pelas organizações criminosas na condução de suas ações na faixa de fronteira?

f) Qual a atual situação dos Batalhões de Infantaria de Selva, no que se refere aos Meios de Emprego Militar (MEM) disponíveis, no contexto do combate ao Narcotráfico?

1.4 JUSTIFICATIVAS

A Amazônia Legal abrange aproximadamente 59% do território brasileiro e sua faixa de fronteira abarca as delimitações territoriais com sete nações vizinhas. Sua localização geográfica a coloca entre algumas das maiores regiões produtoras de drogas e os principais mercados consumidores, convertendo-a em rota obrigatória para grande parte desse fluxo multibilionário de entorpecentes.

O tráfico internacional de drogas, coordenado pelo crime organizado em suas diferentes vertentes, movimenta volumes enormes de dinheiro, que em maior ou menor medida podem representar um grave risco para a estabilidade interna dos países da região, incluindo o Brasil. Com o estabelecimento do marco legal, que concedeu poder de polícia às Forças Armadas na faixa de fronteira, por meio da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e da Lei Complementar 117, de 2 de setembro de 2004 ratificou-se a intenção do Estado Brasileiro em aumentar a fiscalização nos rincões mais isolados, particularmente na Amazônia, tendo como consequência um gradativo crescimento do engajamento dos militares do Exército Brasileiro no combate ao narcotráfico.

Diante do vulto da missão e da importância a ela atribuída, não somente pelas Forças Armadas, mas também pelo escalão político, cresce de importância a busca pelo aprimoramento quanto à condução de operações de combate ao narcotráfico na Amazônia, particularmente as conduzidas pelos Batalhões de Infantaria de Selva. Soma-se a isso as exíguas fontes de consulta sobre o assunto e o caráter disperso dos trabalhos já produzidos, o que também contribui para o aumento da relevância deste trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

As fontes de consulta disponíveis abordam a temática do narcotráfico na Amazônia sob diversas ópticas. Os manuais em vigor que tratam particularmente do Batalhão de Infantaria de Selva e das Operações na Selva não abordam o tema de forma direta. No entanto, podemos encontrar informações que nos remetem ao modus operandi das facções criminosas no que tange às pequenas frações de forças irregulares.

Quanto aos aspectos militares do terreno, questões preponderantes na condução de operações militares na selva, as fontes de consulta oferecem um norte de como dispor a tropa e planejar as operações.

Procurando alinhar-se com as intenções desta pesquisa, ao realizar a revisão literária busquei identificar as peculiaridades das operações na selva que tenham implicações no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira. Partindo desta premissa, foi fundamental identificar o caminho percorrido pela doutrina de combate na selva ao longo de sua evolução.

Os primeiros combates modernos conduzidos em ambiente de selva remontam às campanhas militares japonesas da Segunda Guerra Mundial, nas florestas do Sudeste Asiático, com destaque para Malásia, Tailândia e Cingapura. Posteriormente, na Guerra da Coreia, os combates na selva também foram muito intensos e relevantes para o desfecho daquele conflito. No entanto, estes dois embates, por guardarem características de combate convencional, tiveram pouca influência sobre a doutrina de guerra na selva em vigor no Brasil, a qual tem suas origens mais afetadas às campanhas de guerra revolucionária ou insurrecional.

A primeira experiência importante de guerra não convencional em ambiente de selva advém da campanha britânica contra Exército Malaio de Libertação Nacional (EMLN). O EMLN organizava-se como uma força guerrilheira de viés marxista, que a partir de 1948 passou a travar uma guerra revolucionária buscando alcançar a independência da Malásia do jugo do Império Britânico, este conflito passou para a história como a “Emergência Malaia”.



Figura 1 - Soldados britânicos em patrulha na selva da Malásia em 1957.
Fonte: Online Collection, National Army Museum, 1992.

O conflito contra o EMLN deu origem a estratégia “*Search and Destroy*” que basicamente visava organizar patrulhas nível Pelotão ou Grupo de Combate para localizar e destruir os elementos guerrilheiros infiltrados na selva, operando a partir de bases de combate nível Unidade com amplo apoio aéreo e de artilharia. Os norte-americanos absorveram esta estratégia e a aprimoraram por meio do uso massificado dos vetores aeromóveis aplicando-a ao longo de todo o conflito do Vietnã.

A doutrina americana de Guerra na Selva passou a ser difundida pelo (*United States Army Jungle Warfare Training Center*) em Fort Sherman, no Panamá, o qual serviu de referência para a criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus-AM. A doutrina de Guerra na Selva ministrada no CIGS, onde os oficiais e sargentos de carreira do Exército Brasileiro se especializam em Operações na Selva, norteiam as operações conduzidas pelos BIS no combate ao narcotráfico na faixa de fronteira.



Figura 2 – Aeronaves do 163º Esquadrão de Helicópteros dos Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano em assalto aeromóvel na guerra do Vietnã em 1965.

Fonte: Washington Post, 2017.

2.1 FONTES DE CONSULTA DOUTRINÁRIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Como explorado anteriormente as fontes doutrinárias disponíveis ao Exército Brasileiro por meio de seus manuais e cadernos de instrução não abordam a questão do enfrentamento ao narcotráfico de forma direta. O oficial de operações, responsável por planejar as ações de repressão ao tráfico de drogas em um BIS, é obrigado a fazer a interface entre o material doutrinário disponível, este notadamente voltado para o contexto de guerra, e a realidade das ações subsidiárias de combate aos crimes transfronteiriços, nos quais o narcotráfico encontra-se enquadrado.

As operações de guerra e não guerra, em ambiente de selva, guardam certas semelhanças, particularmente no que diz respeito a influência do terreno para a condução das operações, como veremos abaixo. No entanto, muitas lacunas do planejamento precisam ser preenchidas pela expertise do planejador, o qual não poderá valer-se de material doutrinário para embasar uma parte de seu planejamento.

Em seu trabalho para a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos intitulado: (*A Emergência Malaia em Retrospecto: A Organização de Um Bem-sucedido Esforço de Contrainsurgência*, tradução nossa), R. W. Komer aborda as vantagens táticas que as florestas malaias proporcionavam aos guerrilheiros, proporcionando um vislumbre das dificuldades em combater em ambiente de selva:

A última entre as vantagens dos insurgentes era que o território da Malásia era composto por cerca de 80 por cento selva espessa. Até mesmo muitos dos seringais haviam sido cobertos de vegetação durante a guerra. Assim, os guerrilheiros puderam encontrar bases de selva relativamente seguras perto da população para o tipo de insurgência rural maoísta que o MCP estava executando. Foi a proteção da selva que permitiu aos guerrilheiros sobreviver tanto tempo depois que suas esperanças de uma tomada do poder haviam desaparecido (ADVANCED RESEARCH PROJECTS AGENCY, 1972, p. 07, tradução nossa).

As IP-72-20 (O Batalhão de Infantaria de Selva) abordam questões relativas às peculiaridades do terreno de selva de onde podemos depreender as consequências imediatas para o planejamento e condução de operações naquele ambiente operacional:

A vegetação dificulta a observação, os reconhecimentos, a coordenação e o controle. Os postos de observação, quando possível, são estabelecidos em locais fora da floresta. b. Os campos de tiro para as armas de tiro tenso são limitados, havendo necessidade de, no interior da floresta, definir os setores de tiro por “túneis de tiro”. As armas de trajetórias verticais, em princípio, devem ser posicionadas onde haja uma descontinuidade na cobertura vegetal (margens de rios, ou de estradas; clareiras naturais; etc.) (BRASIL, 1997, p. 1-7).

O manual conjunto de Operações na Selva do Corpo de Fuzileiros Navais e do Exército dos Estados Unidos (MCTP 12-10C) aborda as características do terreno de selva, abordando em particular a carência de infraestruturas e seu impacto na canalização do movimento e na restrição da mobilidade:

O terreno da selva pode canalizar as operações devido à carência de estruturas de mobilidade com estradas e trilhas limitadas e pontes precárias. Algumas áreas afetam a mobilidade com traficabilidade deficiente devido a existência de solos moles, áreas rochosas, montanhas, vegetação densa e

impenetrável, áreas pantanosas, córregos e grandes rios. As estradas são geralmente escassas, mal conservadas e primitivas. A infraestrutura limitada reduz os pontos para passagem sobre ou através cursos d'água (US ARMY/US MARINE CORPS, 2020, p. 1-6, tradução nossa).

O manual do Exército dos Estados Unidos (FM 90-5), traz uma descrição dos diferentes tipos de selva e suas implicações para a mobilidade da tropa. A selva secundária apresenta elevado grau de restrição ao movimento como podemos ver descrito abaixo:

Estes são encontrados na borda da floresta tropical e da floresta decídua, e em áreas onde as selvas foram desmatadas e abandonadas. As selvas secundárias aparecem quando o solo foi repetidamente exposto à luz solar. Essas áreas são tipicamente cobertas de ervas daninhas, gramíneas, espinhos, samambaias, bastões e arbustos. O movimento do pé é extremamente lento e difícil. A vegetação pode atingir uma altura de 2 metros. Isso limitará a observação da frente a apenas alguns metros (US ARMY, 1982, p. 1-4, tradução nossa).

Tendo em foco a influência dos ensinamentos colhidos pelos britânicos durante os combates na Malásia, no início da segunda metade do século XX, sobre a concepção da doutrina de combate na selva empregada pelos norte-americanos na guerra do Vietnã. Esta doutrina, que posteriormente chegaria ao Brasil, sendo amplamente difundida pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva, e que constitui a espinha dorsal doutrinária do emprego dos Batalhões de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, tem seus fundamentos revisitados buscando comprovar sua eficiência.

O Coronel do Exército Britânico I.A. Rigden O.B.E, em seu trabalho de mestrado para a Universidade de Guerra do Exército dos Estados Unidos intitulado: *(A Abordagem Britânica à Contrainsurgência: Mitos, Realidades e Desafios Estratégicos*, tradução nossa), aborda a bem-sucedida experiência do Exército Britânico na campanha conhecida como Emergência Malaya (1948-1960), e questiona a eficácia dos ensinamentos colhidos quando confrontados com outras campanhas:

Quais são os mitos inerentes à atual abordagem britânica? O primeiro mito é que a abordagem britânica à contra-insurgência é resultado de uma correta interpretação da experiência para a doutrina ao longo do tempo. A implicação disso é que a os

britânicos tornaram-se melhores em contra-insurgência a cada campanha. Este é claramente um falácia como a passagem deste conhecimento nem sempre foi perfeita e os resultados foram correspondentemente variáveis ao longo da história da Grã-Bretanha. Como exemplo, as campanhas malaia (1948-1960) e queniana (1952-1956) são consideradas bem sucedidas, mas as campanhas posteriores em Aden (1962-1967), com a exceção da campanha de Radfan, foram um fracasso. De fato, erros de cálculo no início das etapas da campanha da Irlanda do Norte (1969-2007) sem dúvida estabeleceram as condições que levaram a uma luta prolongada (US ARMY, 2008, p.9, tradução nossa).

As IP-72-20 (O Batalhão de Infantaria de Selva) também abordam características da condução das operações na selva ressaltando as dificuldades de coordenação e controle deixando evidente a preponderância do terreno e as restrições que ele impõe à manobra:

Na região amazônica, as dificuldades de emprego de tropa crescem proporcionalmente ao vulto das forças empenhadas. Devido às restrições à manobra, as principais ações táticas são conduzidas ao longo das vias de circulação terrestres e fluviais. b. As operações se desenvolvem em grandes áreas, com enormes espaços vazios e dispersão significativa dos objetivos militares mais importantes. A vantagem tática é obtida pelo domínio e controle de regiões taticamente importantes e que exerçam influência sobre a circulação. c. As ações em região de selva são descentralizadas devido à impossibilidade de se manobrar com efetivos maiores, às dificuldades de circulação e à necessidade de se aplicar a força sobre o maior número possível de pontos críticos. É normal a brigada descentralizar as ações dos seus batalhões, bem como estes fazerem o mesmo com as suas companhias de fuzileiros. (BRASIL, 1997, p. 1-9).

As IP-72-1 (Operações na Selva) abordam questões relativas à vegetação de selva e suas implicações imediatas à condução de operações militares. Nesta publicação, notamos um esforço em pormenorizar as especificidades de solo e vegetação e em como esses aspectos são relevantes para o planejamento das ações:

A floresta Equatorial constitui-se na característica dominante da área, apesar de não apresentar um aspecto uniforme. (2) De forma genérica, pode-se dividir a floresta Equatorial em dois tipos principais: a floresta de Terra Firme e a floresta de Terras Inundáveis. (3) A floresta de Terra Firme ocupa áreas que se acham fora do alcance das águas das cheias e constitui a floresta Amazônica típica, com árvores de grande porte onde as copas se entrelaçam impedindo a penetração de raios solares.

Abaixo dessa cobertura vegetal, o ambiente é úmido e sombrio. Nessa floresta são encontradas duas variações: (a) a floresta Úmida Primária (em terras baixas e terras altas), constituída de um complexo aglomerado de numerosas espécies de árvores, trepadeiras e outros vegetais, dispostas em camadas de diferentes Alturas... (BRASIL, 1997, p. 2-2).

O anteprojeto das IP 72-10 (Companhia de Fuzileiros de Selva) aborda os aspectos práticos da vegetação de selva sobre o alcance e utilização do armamento salientando as restrições nos campos de tiro. A mesma publicação também faz considerações sobre as restrições impostas pelo terreno à condução de operações de vulto, salientando as dificuldades logísticas e de comando e controle, o que tende a resultar na descentralização das ações, com a Companhia de Fuzileiros de Selva operando muitas vezes de forma independente:

Tanto a observação horizontal quanto a vertical são bastante prejudicadas pela vegetação. Normalmente, a observação terrestre se limita a distâncias que variam entre cinco a trinta metros, dependendo de como se apresenta a vegetação. Isso repercute na realização de tiro no interior da selva, nos reconhecimentos e na coordenação e controle dos movimentos. [...] As dificuldades nas operações, na Amazônia Brasileira, crescem proporcionalmente ao vulto da força envolvida. Mesmo quando há emprego de efetivos maiores, estes são fracionados e aplicados em diversas regiões, quase sempre sem ligação uns com os outros. Assim, muitas vezes, o batalhão descentraliza as suas ações pelas companhias de fuzileiros de selva. (BRASIL, 1995, p. 3-1, p.3-3).



Figura 3 – Militares do Exército Brasileiro em patrulha fluvial na faixa de fronteira.
Fonte: Felipe Souza/BBC Brasil, 2017.

Apesar do foco deste trabalho não ser a condução de operações de pequenas frações, muitas vezes as operações em ambiente de selva apresentam um elevado grau de execução descentralizada. Nesse contexto a condução de patrulhas ganha relevância. O EB70-CI-11.450 (Caderno de Instrução Patrulhas) aborda essas operações em ambiente de selva sob a óptica das frações elementares com foco no preparo e adaptação do combatente ao ambiente operacional:

A patrulha em área de selva é aquela preparada e equipada para operar, predominantemente, em regiões que apresentam as seguintes características: As características do ambiente de selva condicionam, em grande medida, o equipamento, o fardamento, o armamento e, principalmente, a preparação individual e coletiva do combatente. Em missão de qualquer natureza, os homens devem estar preparados para a possibilidade de sobreviver na floresta. Os especialistas em operações na selva são os mais aptos para conduzir a preparação da patrulha neste tipo de ambiente. Tropas não aclimatadas devem receber preparação especial. (BRASIL, 2021, p. 4-18, p-4-19).

2.2 FONTES HISTÓRICAS E VISÃO GEOPOLÍTICA

Ao identificarmos o problema do narcotráfico na Amazônia, veremos que ele se encontra inserido dentro de uma dinâmica regional com implicações sociais, econômicas e geopolíticas. O contexto histórico em que o narcotráfico está inserido é objeto deste trabalho, uma vez que, enquanto fenômeno social, ele encontrou na região Amazônica as condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Quando inserimos a Amazônia Legal Brasileira em um contexto macro da América do Sul, identificamos características que estão intimamente ligadas ao surgimento do narcotráfico na região. A proximidade com regiões tradicionalmente produtoras de entorpecentes, particularmente a cocaína, devido ao hábito de mascar folhas de coca pelas populações tradicionais da Cordilheira dos Andes, a existência de vasta rede de rios penetrantes somada a incipiente presença de órgãos de fiscalização do Estado Brasileiro, e por fim,

mas não menos importante, a condição de vulnerabilidade social em que vivem as populações ribeirinhas e indígenas locais.

Para o correto dimensionamento do problema do narcotráfico, foi imprescindível que abordássemos a presença de grupos armados, com viés ideológico, os quais, ao longo da segunda metade do século XX, instalaram-se na porção peruana, boliviana e principalmente colombiana da Floresta Amazônica, onde passaram a gerenciar e impulsionar o tráfico de entorpecentes como forma de financiar suas guerrilhas revolucionárias.

Em seu artigo para a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, intitulado: *(A narcoguerrilha na fronteira amazônica: Uma questão de soberania e integridade territorial)*, Amadeus Martins Martu, aborda as implicações do narcotráfico no contexto das relações internas de poder nos países que fazem fronteira com o Brasil na Amazônia e as possíveis implicações para soberania nacional:

É incontestável a influência da narco guerrilha nos países fronteiriços da região amazônica, e a Amazônia ocidental brasileira faz fronteira com os maiores produtores de cocaína do mundo. As ações de repressão às guerrilhas no Peru conseguiram contê-las e, hoje, apenas pequenos grupos terroristas, fazendo-se passar por ex-integrantes do Sendero Luminoso ou Tupac Amaru, já extintos, disseminam a idéia de sua associação ao narcotráfico. (2002, p.81, p.82)

No que diz respeito a influência do narcotráfico na faixa de fronteira amazônica e das condições de vulnerabilidade social das populações locais, Amadeus Martins Martu pontua:

A região do Alto Solimões é caracterizada pela tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia. Ali, o tráfico de drogas é realizado por via fluvial e aérea. Os municípios da região sofrem influências negativas do tráfico de drogas e da guerrilha colombiana. A falta de condições adequadas de vida das pessoas diante da conjuntura regional tem contribuído para esse cenário. (2002, p.86)

Em sua dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada: *(Segurança e Defesa da Amazônia: O Exército Brasileiro e as Ameaças Não Tradicionais)*, o pesquisador Felipe José Pilette pontua os principais ilícitos transnacionais praticados na Amazônia brasileira com destaque

para o narcotráfico e o tráfico internacional de armas, abordando também as práticas mais usuais para a lavagem do dinheiro proveniente do tráfico e a participação do comércio regular brasileiro no fornecimento dos insumos químicos necessários para a produção dos entorpecentes:

A Amazônia brasileira tem sido palco de diversos crimes transnacionais associados ao tráfico de drogas: em primeiro lugar, a região é um importante corredor de transporte de cocaína produzida na Colômbia, Peru e Bolívia, que parte em direção à Europa e aos EUA, e mesmo daquela transportada em direção aos grandes centros consumidores brasileiros, cujo o consumo é cada vez mais significativo; também serve de rota para tráfico de armas que caminha em sentido inverso, na direção dos países produtores da droga -em especial a Colômbia-, onde abastece traficantes e guerrilheiros; outros processos associados são a compra, em território brasileiro, de insumos químicos necessários à produção da droga, o homizio de criminosos e a lavagem do dinheiro do tráfico a partir de investimentos imobiliários e turísticos, entre outros. (2008, p.143)

Em seu artigo intitulado (*A ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira*), publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Aiala Corales Couto discorre sobre a influência do tráfico de drogas sobre a soberania nacional e o papel do Brasil na dinâmica do narcotráfico na Amazônia:

A ameaça transnacional do tráfico de drogas é, sem dúvida, alguma espécie de “inimigo invisível” que coloca em risco a soberania dos Estados nacionais. A característica empreendedora dessa atividade econômica ilícita, ao se fortalecer, consegue ampliar sua escala de atuação em níveis locais, nacionais e internacionais. O Brasil ao cumprir uma dupla função no contexto do narcotráfico (área de trânsito e mercado) dá condições para que os interesses geoestratégicos do crime organizado se direcionem para a Amazônia brasileira. Assim, “os circuitos por onde circulam os produtos até chegarem aos mercados populares nos centros urbanos fazem o traçado das verdadeiras redes transnacionais de trocas informais nas fronteiras porosas do legal e ilegal, sempre tangenciando os mercados ilícitos. (2018, p.69)

O pesquisador Fernando Vidal Vianna Parente em seu artigo intitulado: (*Narcotráfico na Amazônia: Um desafio para a defesa nacional*), discorre a respeito da relação entre grupos narcoguerrilheiros, particularmente

colombianos, e algumas das maiores organizações do crime organizado brasileiro:

Um dos caminhos seguidos pelos grupos de traficantes colombianos foi a adoção de parcerias com organizações criminosas brasileiras, a facção do comando vermelho (CV) do Rio de Janeiro, com a finalidade de fazer escoar suas produções de cloridrato de cocaína 13 pelos rios da Amazônia até Manaus-AM. Segundo o Comandante do Exército colombiano, General Nicácio Martínez Espinel, quem estaria por trás desta logística coordenado pelo CV, seria o ELN. (2020, p.19)

O Ex-Secretário Executivo da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas e atual Delegado de Polícia Federal, Umberto Ramos Rodrigues, em seu livro intitulado: (*Tráfico de Entorpecentes na Amazônia. Identificando Caminhos e Rotas Vulneráveis*), discorre a respeito das rotas utilizadas pelo tráfico internacional para interiorizar as remessas de entorpecentes, contornando as estruturas de fiscalização do Estado:

Portanto, durante o período pesquisado (2011-2013), ficou muito evidente que as rotas fluviais (calhas dos rios amazônicos) são as preferidas pelas organizações criminosas de narcotraficantes. As ocorrências por via fluvial superam muito as demais modalidades (aérea, rodoviário e Correios), sendo que somente no ano de 2013 houve a aproximação do número de flagrantes (quantidade de ocorrências e não quantidade de droga apreendida) entre os registros de rota fluvial e rota aérea. [...] O Rio Solimões, portanto, configura-se como a maior rota de ingresso de cocaína no Estado do Amazonas, sendo que em muitos casos essa droga entra no país pelo município de Tabatinga-AM e percorre a calha do Rio Solimões até chegar a Manaus para distribuição na capital ou remessa a outros Estados. [...] Outra rota fluvial identificada no Estado para ingresso de cocaína é o Rio Negro, por meio do qual, também são transportados grandes carregamentos de cocaína colombiana para Manaus e outros municípios do Estado. (2015, p.82, p.83)



Figura 4 – Drogas transportados pelos rios por meio de embarcações regionais.
Fonte: Agência Cenarium, 2020.

O envolvimento das Forças Armadas no enfrentamento direto ao tráfico de drogas não é uma experiência exclusivamente brasileira. No âmbito da América Latina, podemos salientar a experiência mexicana e colombiana, com destaque para esta última. As Forças Armadas colombianas enfrentam as narcoguerrilhas em ambiente de selva desde a criação das FARC em 1964.

No final da década de 1990, os Estados Unidos, no âmbito do combate ao tráfico internacional de drogas, celebram um acordo de assistência militar com a Colômbia com a finalidade de treinar e reequipar o Exército Colombiano para que este fizesse frente às FARC em melhores condições. O Plano Colômbia tinha a intenção de desarticular as principais estruturas produtoras de entorpecentes no coração da selva colombiana e assim reduzir o fluxo de drogas para o mercado consumidor norte-americano.

O pesquisador Gabriel Marcella em seu estudo para Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Guerra do Exército dos Estados Unidos intitulado: (*Plano Colômbia: A Estratégia e os Imperativos Operacionais*, tradução nossa) aborda a importância dada ao tema do combate às drogas pelo governo americano, assim como ressalta os números do narcotráfico, proporcionando uma perspectiva do tamanho do desafio em que se traduz o combate ao tráfico internacional de drogas na Amazônia:

A Colômbia é o desafio mais difícil que os Estados Unidos enfrentam no hemisfério. O prestigioso Diálogo Interamericano de Washington afirmou no final de 2000: “Nenhum país da América Latina fora o México, terá maior atenção política dos EUA do que a Colômbia”. Há muito que está assediada por conflitos internos. Mas o apetite por cocaína e heroína nos Estados Unidos (onde 3,5 milhões de pessoas são viciadas em cocaína e até 12 milhões usam drogas ilegais), Europa, Canadá, Ásia e América Latina alimentam uma verdadeira máquina de matar que anualmente tira a vida de mais de 3.000 (mais de 40.000 nos últimos 10 anos). Quase 2.500 sequestros ocorreram na Colômbia em 2000, garantindo mais uma vez o primeiro lugar daquele país nesse terrível negócio (STRATEGIC STUDIES INSTITUTE, U.S. ARMY WAR COLLEGE, 2001, p. 5, tradução nossa).



Figura 5 – Guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.
Fonte: REUTERS. Jose Miguel Gomez, 2016

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi identificar a trajetória histórica do estabelecimento do narcotráfico na faixa de fronteira amazônica e, para tanto, é de fundamental importância entender as origens das legislações antidrogas no ocidente. Em que pese existirem exemplos históricos do comércio internacional de entorpecentes resultando em conflitos, tendo como caso mais famoso a Guerra do Ópio entre os impérios Britânico e Chinês, este último governado pela dinastia Qing no século XIX, entendemos o narcotráfico na Amazônia como um fenômeno relativamente recente, ganhando vulto a partir do terceiro quartil do século XX, impulsionado pelo surgimento de legislações antidrogas e a consequente repressão dos estados nacionais a este comércio.

Em seu artigo intitulado (*A evolução da legislação antidrogas no Brasil*) Renata Visco Costa de Almeida, discorre sobre fatos relevantes da evolução do

entendimento jurídico sobre drogas no Brasil como um reflexo de um movimento mais amplo que ocorria em todo ocidente, conforme publicado no sítio eletrônico; conteudojuridico.com.br:

Ressalta-se: até o século XIX o Brasil não tinha implementado nenhuma política sobre as drogas, e estas eram consumidas geralmente por jovens burgueses que freqüentavam casas de prostituição da época. Outrossim, a legislação tratava sobre substâncias venenosas. Entretanto, em 1911, o Brasil se comprometeu em Haia, a realizar a fiscalização sobre o consumo da cocaína e do ópio. Neste momento é iniciado uma tentativa de controle, porém, seu consumo já ocorria na sombra da sociedade, e assim sendo, foi proliferando entre os negros, pardos, imigrantes e pobres, o que começou a incomodar o governo, fazendo com que, de fato, iniciasse a política de combate às drogas no Brasil. Após 1914, uma onda de tóxicos invadiu o país, e os dispositivos existentes deixaram de apresentar suficiência nesse combate. (2022, p.2)

Os pesquisadores Fernanda Gonçalves Moreira e Marcelo Ribeiro Araújo em seu artigo intitulado: (*A história das Drogas*), publicado como parte do livro (*Panorama Atual das Drogas e Dependências*) de autoria de Dartiu X. Silveira abordam a história da criminalização dos entorpecentes nos países ocidentais com foco nos Estados Unidos. A conduta norte-americana com relação às substâncias psicoativas viria a ser copiado pelo Brasil e outros países ocidentais consolidando a marginalização do consumo de drogas:

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o fim do século XIX e o início do século XX foram marcados pelo primeiro ciclo de intolerância ao uso de substâncias psicoativas. Nos Estados Unidos, este ciclo iniciou com a perseguição ao ópio em forma de fumo na Califórnia na década de 1870, passou pela campanha contra a cocaína e a primeira lei contra ela (o chamado Harrison Act, assinado em 1914) e culminou na aprovação de um dispositivo legal que proibia a venda, distribuição e consumo de bebidas alcoólicas em todo o território americano: o Volstead Act, mais conhecido como a “Lei Seca”, que vigorou de 1919 a 1933. (2004, p.13)

O fenômeno do surgimento e expansão das organizações criminosas no Brasil está intimamente ligado ao lucrativo mercado das drogas ilegais. Inicialmente restritas aos grandes centros urbanos do Sudeste, as grandes facções criminosas migraram para outras regiões do país, eventualmente chegando à Amazônia, onde ramificaram-se e aliaram-se à facções regionais intensificando o fluxo de drogas que entra no Brasil por esta fronteira.

Os pesquisadores Ítalo Barbosa Lima Siqueira e Luiz Fábio Silva Paiva em sua pesquisa intitulada: (*“No Norte Tem Comando”: As Contradições e os Efeitos Políticos do Encarceramento em Massa*), apresentada durante o 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, discorrem sobre o surgimento de uma facção criminosa no estado do Amazonas que passa a rivalizar com as facções do Sudeste pelo controle do tráfico na calha dos rios Negro e Solimões:

A origem da atuação de grupos organizados (gangues prisionais, facções, comandos) atuando em presídios da cidade de Manaus é imprecisa, sendo alvo de controvérsias. É possível, entretanto, encontrar narrativas no que se “ouviu falar”, reportagens da imprensa local e informações de órgãos oficiais 15. Muitas experiências são compartilhadas em conversas de moradores da cidade, e podemos tomar conhecimento de diversas situações e eventos na medida em que sua população é atravessada pela dinâmica da ação difusa e, por vezes, inesperadas dos movimentos do crime. [...]Os dados disponíveis revelam transformações nas relações de força e dominação nas cadeias da região de Manaus, com a emergência de novos agenciamentos do narcotráfico em decorrência da ascensão da FDN. Observou-se que a ascensão do grupo significou lutas e a necessidade de eliminação de inimigos pela hegemonia do controle de unidades prisionais, em torno de compromissos de ajuda mútua, segurança privada e conexões no mercado ilegal de entorpecentes. O período também é marcado pelas mudanças na administração das unidades prisionais, que passam a negociar com os “gerentes” da FDN, abrindo uma nova configuração como mediadores da população carcerária. (2017, p.9, p.10)



Figura 6 – Rebelião em presídio em Manaus-AM.
Fonte: Jornal Rondonia Agora, 2020.

3. METODOLOGIA

Uma vez elencado o problema de pesquisa e os objetivos gerais e específicos deste trabalho busquei conduzir a pesquisa inicialmente por meio de uma revisão bibliográfica, na qual abordei, simultaneamente, manuais e obras literárias debruçadas sobre o tema. Posteriormente, coletei dados, por meio de questionário, a fim de expandir a visão geral sobre o assunto e possibilitar ilações no sentido de identificar possibilidades de melhoria no planejamento para emprego do BIS em Operações contra o Narcotráfico na Faixa de Fronteira.

Tendo em vista a finalidade deste trabalho, apresentei, por meio de gráficos, as respostas obtidas por meio de questionário e as confrontei com as informações obtidas na revisão bibliográfica apontando possíveis lacunas de conhecimento ou procedimentos sujeitos a aperfeiçoamento.

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

O Tráfico de Drogas, na Amazônia, é um fenômeno relativamente recente que passou a crescer e ganhar destaque a partir da segunda metade do século XX. Este trabalho abordou a contextualização histórica e os principais fatores que fomentaram o estabelecimento do Narcotráfico na região, bem como a repressão a esse comércio ilícito e a subsequente escalada da violência que culmina com o envolvimento direto das Forças Armadas na primeira linha repressiva junto a faixa de fronteira.

Em que pese que o tráfico de drogas não seja um fenômeno exclusivo da região Amazônica, neste ambiente operacional o Narcotráfico reveste-se de características peculiares que potencializam seus efeitos nocivos e dificultam seu enfrentamento. As peculiaridades das Operações contra o Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica e as percepções particulares dos militares, nelas envolvidos, nortearam esta pesquisa.

Para a condução desta pesquisa tive como variável independente o Ambiente Operacional Amazônico, o qual foi pano de fundo para o desenrolar de todas as atividades que foram objeto de interesse deste trabalho. Como variáveis

dependentes tivemos as especificidades do Batalhão de Infantaria de Selva, com seus materiais de dotação e doutrina de emprego e também o “Modus Operandi” das Facções Criminosas com suas possibilidades e limitações.

3.2 AMOSTRA

Com o objetivo de qualificar a amostragem colhida para este trabalho, por meio de questionário, limitei o universo amostral a elementos com experiência em ambiente de selva, com foco em operações contra o narcotráfico. Já quanto as amostras advinda da revisão bibliográfica, restringi e qualifiquei-as com foco na doutrina e suas eventuais confirmações ou contestações quando confrontadas com eventos históricos.

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa realizada classifica-se como do tipo aplicada, uma vez que as informações levantadas poderão gerar subsídios para a atualização doutrinária do Batalhão de Infantaria de Selva no que tange as Operações realizadas na Faixa de Fronteira Amazônica contra o Narcotráfico. Quanto ao método adotado, utilizamos o indutivo, buscando generalizações que ampliem a visão geral do assunto.

Na presente pesquisa a forma de abordagem utilizada foi a qualitativa, uma vez que os dados colhidos serviram de subsídios para conjecturar a respeito de oportunidades de novas abordagens quanto ao planejamento de operações contra o narcotráfico. Quanto ao nível de profundidade, a pesquisa foi do tipo exploratória, buscando se aprofundar sobre o assunto por meio de uma pesquisa bibliográfica e também coleta de dados por meio de formulários.

3.3.1 Procedimentos para Revisão da Literatura

Para a condução da revisão da literatura, foi usado como critério de exclusão, a fidedignidade das fontes, priorizando sites oficiais, trabalhos científicos publicados em portais confiáveis e consagrados. O mesmo valendo para as demais obras literárias abordadas nesta pesquisa. As fontes em língua estrangeira que compõem essa pesquisa foram submetidas aos mesmos critérios de confiabilidade aplicados as fontes em português.

Os manuais apreciados nessa pesquisa foram aqueles cuja a publicação seja a mais recente disponível e que ainda esteja em vigor.

3.3.2 Procedimentos Metodológicos

Foram levantadas informações por meio de formulários exploratórios, visando ampliar o conhecimento a respeito das operações contra o Narcotráfico conduzidas pelos Batalhões de Infantaria de Selva. Através da leitura exploratória, que também foi empregada como procedimento metodológico, foram levantados e revisados dados que complementaram a visão sobre o tema desta pesquisa.

Como critério de inclusão busquei fontes fidedignas na literatura, tanto em Português quanto em língua estrangeira. O mesmo critério foi utilizado ao valorar os dados colhidos pelo questionário, qualificando as fontes quanto a sua origem e experiência sobre o assunto.

Os critérios de exclusão foram aqueles cuja a fonte não pode ter sua fidedignidade comprovada ou cujo o idioma não fosse do domínio deste pesquisador, além das eventuais discrepâncias que pudessem ser detectadas na análise das respostas do questionário, denotando desconexão com a realidade.

3.3.3 Instrumentos

As informações colhidas, por meio de questionário, tornaram-se pertinentes na medida em que trouxeram a luz a visão de elementos diretamente relacionados com o tema. As idéias elencadas e favoritadas neste instrumento foram tabeladas e identificadas, à luz da doutrina e dos casos históricos estudados.

A mesma conduta foi adotada a respeito dos dados levantados por meio da pesquisa bibliográfica, buscando elencar as idéias força dentro de seu contexto original, para subsidiar um estudo mais detalhado que pudesse contribuir para o melhor entendimento sobre o tema deste trabalho.

3.3.4 Análise dos Dados

Uma vez realizada a coleta dos dados, tanto os oriundos da pesquisa bibliográfica quanto os oriundos do questionário, foi feita uma identificação pormenorizada buscando valorar as idéias centrais colhidas nas diversas fontes e alocá-las dentro de um quadro geral, buscando um panorama maior, por meio da dissertação argumentativa. Comparei os dados obtidos com os pontos de convergência e divergência doutrinária, com a finalidade de contribuir com o aumento da visão geral a respeito do assunto pesquisado.

Como forma de graduar os dados e informações coletadas, busquei identificar, junto as fontes, o nível de envolvimento no planejamento das operações e responsabilidade durante a condução das mesmas. Quanto as idéias força, levantadas na pesquisa bibliográfica, busquei salientar sua replicação, em parte ou todo, em outros autores, além de identificar seus pontos de convergência ou divergência com a doutrina militar brasileira vigente.

4. RESULTADOS

O presente capítulo é dedicado a apresentar os resultados obtidos por meio de questionário realizado para este estudo. O questionário em questão é composto de dez perguntas, sendo nove perguntas de múltipla escolha e uma pergunta dissertativa, tendo sido distribuído por meio digital, visando como público alvo oficiais e praças do Exército Brasileiro com experiência em ambiente amazônico.

O questionário foi respondido por 74 participantes e suas respostas foram transformadas em gráficos para melhor compreensão dos resultados. As perguntas e suas respectivas respostas foram apresentadas neste capítulo na mesma sequência em que constavam no questionário.

4.1 PERGUNTA Nº1

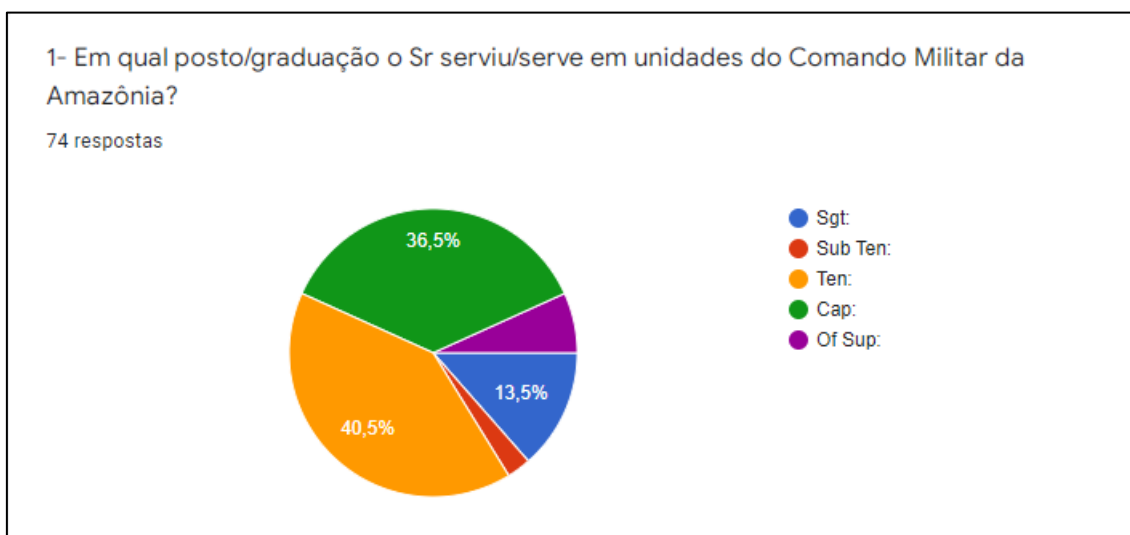


Gráfico 1 – Respostas obtidas para a pergunta Nº 1 do Questionário.

Fonte: O autor

A característica evidenciada neste gráfico é condizente com a estrutura verticalizada e piramidal, como se organiza o Exército Brasileiro, com uma base alargada de oficiais subalternos e intermediários e praças nas graduações iniciais. Naturalmente, as experiências vivenciadas por esses militares, nesta

fase da carreira, tendem a influenciar sua visão a respeito das operações no ambiente amazônico.

4.2 PERGUNTA Nº2

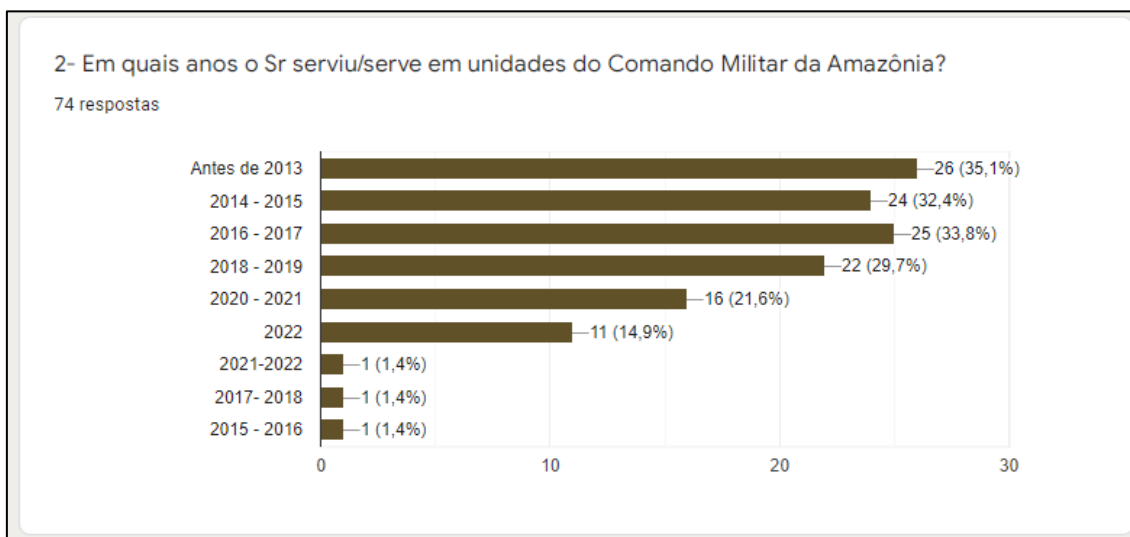


Gráfico 2 – Respostas obtidas para a pergunta Nº 2 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta Nº2, expressas no Gráfico Nº2, apresentam um recorte temporal predominantemente contemporâneo, com apenas 35,1% das respostas representando experiências profissionais anteriores à 2013. Essa característica evidenciada no Gráfico Nº2 possui implicações no universo amostral deste questionário no que diz respeito a conjuntura de fatores vivenciados por esses profissionais.

No próximo capítulo deste trabalho, foram abordadas as implicações do cenário vivenciado atualmente nas operações de combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica, excetuando os cenários anteriores à promulgação da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e da Lei Complementar 117, de 2 de setembro de 2004.

4.3 PERGUNTA N°3

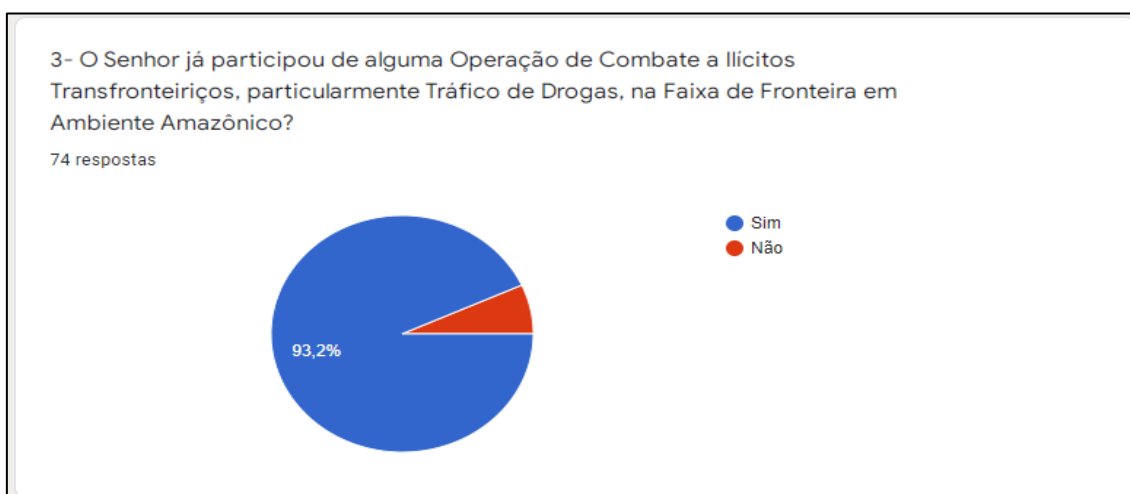


Gráfico 3 – Respostas obtidas para a pergunta N° 3 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta N°3, expressas no Gráfico N°3, evidenciam a ampla participação do universo amostral deste questionário nas operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica.

4.4 PERGUNTA N°4

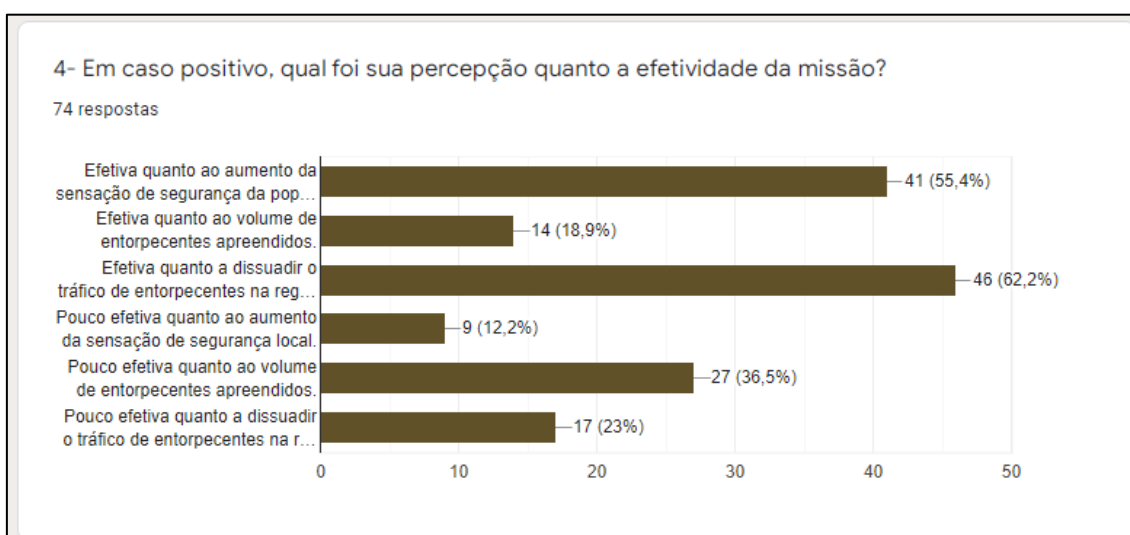


Gráfico 4 – Respostas obtidas para a pergunta N° 4 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta N°4, expressas no Gráfico N°4 evidenciam uma elevada percepção, dos militares que responderam o questionário, quanto à

efetividade das Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica nos quesitos Sensação de Segurança e Efeito Dissuasório, respectivamente 55,4% e 62,2%. No entanto, para 36,5% dos participantes da pesquisa as Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira são pouco efetivas quanto ao Volume de Entorpecentes Apreendidos.

4.5 PERGUNTA N°5

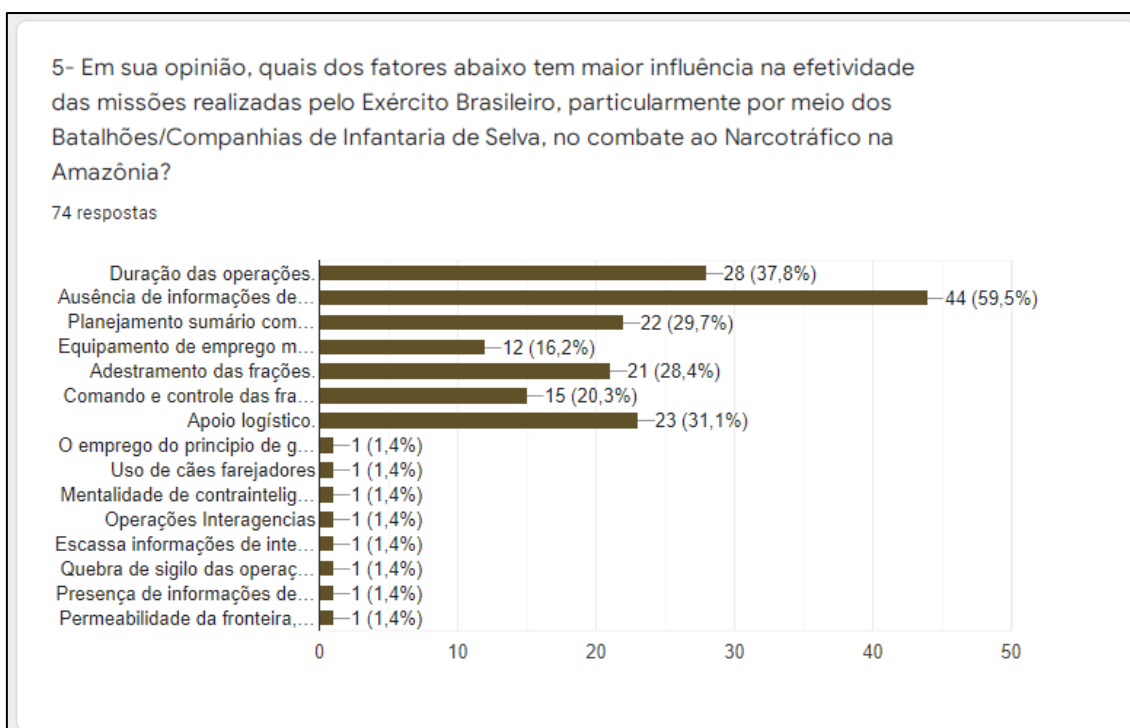


Gráfico 5 – Respostas obtidas para a pergunta N° 5 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta N°5, expressas no Gráfico N° 5, evidenciam a percepção do universo amostral deste questionário, quanto aos fatores que possuem maiores efeitos sobre as Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica. A Ausência de Informações de Inteligência, Duração das Operações, Apoio Logístico e Planejamentos Sumários são apontados respectivamente por 59,5%, 37,8%, 31,1% e 29,7% dos participantes, como os fatores com maior influência sobre a efetividade destas operações.

4.6 PERGUNTA N°6



Gráfico 6 – Respostas obtidas para a pergunta N° 6 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta N°6, expressas no Gráfico N° 6, evidenciam a percepção do universo amostral que respondeu a este questionário quanto as dificuldades relativas ao Planejamento e Condução das Operações de Combate ao Narcotráfico na Amazônia. As Dificuldades Logísticas, a Ausência de Informações de Inteligência e a Ausência de Objetivos Claros, são apontadas respectivamente por 62,2%, 47,3% e 44,6% dos militares que responderam essa pergunta, como as maiores dificuldades encontradas.

As Restrições Impostas pelos Materiais de Emprego Militar (MEM) e as dificuldade de Comando e Controle (C2), também aparecem com destaque dentre as respostas colhidas para essa pergunta.

4.7 PERGUNTA N°7

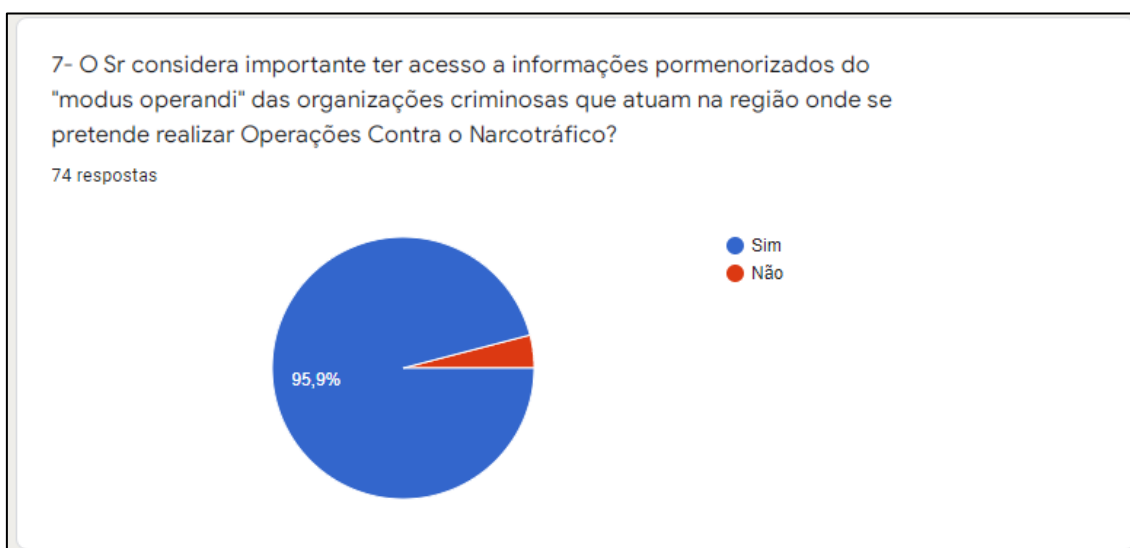


Gráfico 7 – Respostas obtidas para a pergunta N° 7 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta N°7, expressas no Gráfico N°7, evidenciam a opinião, da ampla maioria do universo amostral que respondeu esse questionário, quanto à importância sobre o Conhecimento do “Modus Operandi” das Organizações Criminosas que atuam aonde se pretende realizar Operações de Combate ao Narcotráfico. A resposta escolhida por 95,9% dos militares que responderam a pesquisa chama a atenção para esse dado de inteligência, que não raras vezes é suprimido do planejamento das operações.

4.8 PERGUNTA N°8

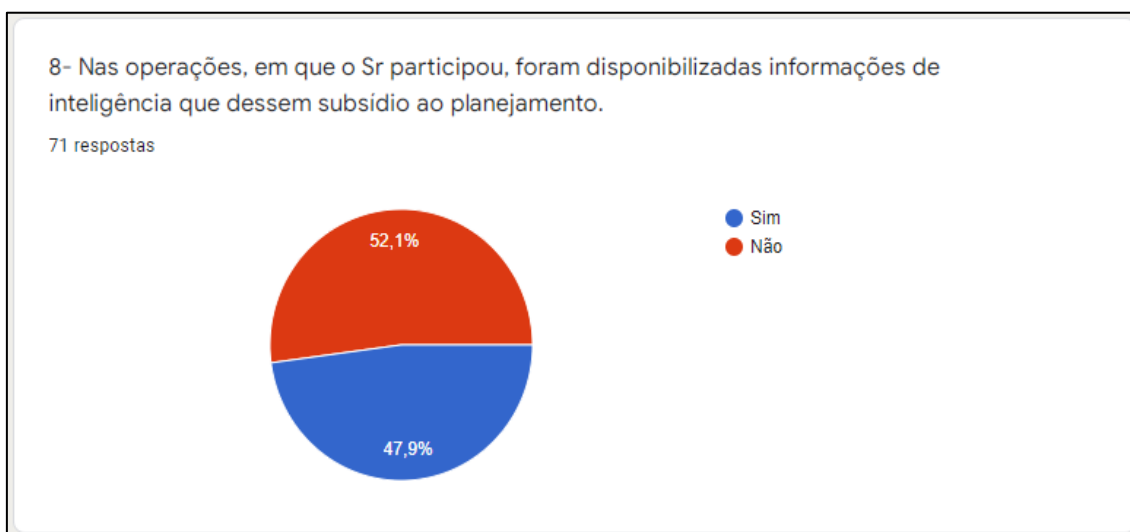


Gráfico 8 – Respostas obtidas para a pergunta N° 8 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta N°8, expressas no Gráfico N°8, evidenciam a realidade vivenciada por quase metade dos militares que responderam este questionário. Verificou-se que as informações de inteligência, frequentemente são escassas, inexistentes ou mesmo restritas para parcela dos elementos envolvidos nas operações.

A comparação entre as respostas das perguntas N°7 e N°8 leva a concluir que parcela significativa dos militares que responderam esse questionário sentem falta de subsídios de inteligência para a execução do planejamento e condução das Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica.

4.9 PERGUNTA N°9

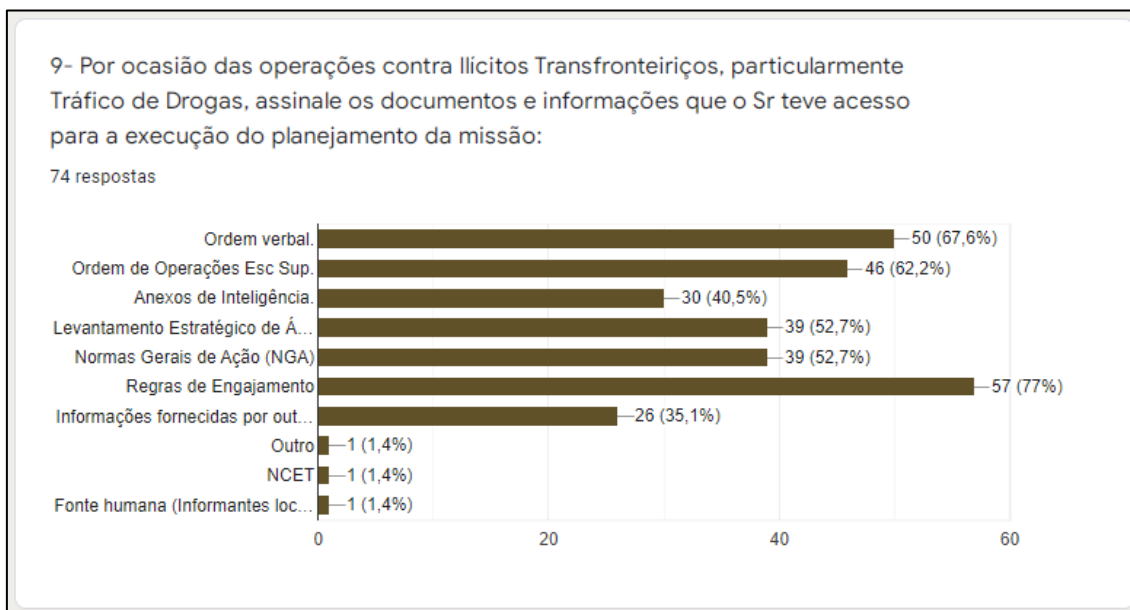


Gráfico 9 – Respostas obtidas para a pergunta N° 9 do Questionário.

Fonte: O autor

As respostas à Pergunta N°9, expressas no Gráfico N°9, apresentam uma visão geral dos documentos operacionais que respaldam e subsidiam o planejamento e as Operações Contra o Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica, segundo a visão dos militares que responderam o questionário.

As Regras de Engajamento, Ordens Verbais, Ordens de Operações do Escalão Superior e Normas Gerais de Ação (NGA) são, respectivamente, os documentos operacionais mais mencionados pelos militares que responderam ao questionário.

4.10 PERGUNTA Nº10

10- Caso deseje, deixe sua opinião de como otimizar o planejamento para o emprego do Batalhão/Companhia de Infantaria de Selva em operações de combate ao narcotráfico na Amazônia.

17 respostas

Uma das deficiências que levam a uma perda na efetividade de missões dessa natureza se encontra principalmente no adestramento das frações. Dentre todas variáveis que podem influenciar nessa efetividade, está é uma que basta apenas a vontade e a preocupação dos comandantes em todos os níveis, cada um com sua porcentagem de responsabilidade. Dentre as diversas deficiências deste aspecto, destaca-se a que gera o principal fator de insucesso dessas missões: a contra inteligência. Esse adestramento não depende de material, meios, recursos ou qualquer outra variável externa senão da preocupação, mentalidade e responsabilidade de todos envolvidos. Acredito que este é um dos principais aspectos geradores de falta ou baixa efetividade destas ações e que podem ser mitigado apenas com bom planejamento e ação de comando.

As operações correntes serem desencadeadas pela 2a seção. Muitas das vezes as informações não circulam com eficiência mas unidades. Ficando a cargo da seção de inteligência melhora sobremaneira o combate aos ilícitos transfronteiriços.

Coordenação entre agências, principalmente na área de inteligência, empregos episódicos e de curta duração.

Figura 7 – Amostra das respostas obtidas para pergunta Nº 10 do Questionário.

Fonte: O autor

10- Caso deseje, deixe sua opinião de como otimizar o planejamento para o emprego do Batalhão/Companhia de Infantaria de Selva em operações de combate ao narcotráfico na Amazônia.

17 respostas

A condução das operações deveriam ser providas de mais meios logísticos, C2 e inteligência. A ausência de objetos claros e bem definidos, na maioria das vezes, fazem com que desenvolva no baixo Escalão a sensação de ficar enxugando gelo.

Nesse tipo de operação, acredito que devam ser disponibilizadas mais informações de inteligência para subsidiar o planejamento. E essas informações poderiam ser coletadas junto a outras agências federais ou estaduais.

Maior treinamento aliado a regras de engajamento claras e com respaldo jurídico para tropa.

As regras de engajamento necessitam ser bem esclarecidas

Figura 8 – Amostra das respostas obtidas para pergunta Nº 10 do Questionário.

Fonte: O autor

10- Caso deseje, deixe sua opinião de como otimizar o planejamento para o emprego do Batalhão/Companhia de Infantaria de Selva em operações de combate ao narcotráfico na Amazônia.

17 respostas

da fiscalização, ocasionando um grande prejuízo, o qual precisa ser compensado logo após a partida da tropa, quando retomam as atividades ilícitas rotineiras.

Antes de partir para qualquer Operação o Btl, caso não tenha recebido, deverá confeccionar um Pedido de inteligência (PI) ao Esc Sup solicitando Relatórios Especiais de Inteligência (REI) / Infe a respeito das Forças Oponentes (rotas/depósitos/ Comando e Controle/ Logística), condições meteorológicas (regime dos rios/igarapés - cachoeiras/ pontos de passagem) e considerações civis da sua Z Aç.

O combate ao Narcotráfico só se configura como uma ameaça a Soberania Nacional no momento em que se associa à Grupos Armados Organizados Nacionais e principalmente estrangeiros. O narcotráfico por si só representa um problema de segurança pública assim como o garimpo ilegal por si só representa um problema ambiental.

Acredito que seria interessante a exposição de um melhor estudo da ameaça enfrentada por parte do Anexo de Intlg das Ordens de Operações, Porém dentro dos princípios que constantemente são utilizados, "Presença" e "Massa", o contato com os principais documentos de Intlg não são realmente necessários, considerando o princípio da necessidade do saber.

Para o cumprimento da missão institucional do EB na faixa de fronteira, as missões mais adequadas para as tropas regulares são realmente os Patrulamentos fluviais, RFron, PCIFlu, porém existe uma grande deficiência do Plnj de atuação como sensor de Intlg e Vetor de O Psc.

Figura 9 – Amostra das respostas obtidas para pergunta Nº 10 do Questionário.

Fonte: O autor

A Pergunta Nº10, era de preenchimento opcional e buscava dar a oportunidade, aos voluntários que responderam ao questionário de manifestarem sua opinião a respeito de oportunidades de melhoria no processo de planejamento e condução das Operações de Combate ao Narcotráfico na Selva Amazônica. Foram selecionadas algumas respostas para exemplificar a diversidade de opiniões colhidas neste item.

Alguns exemplos de respostas obtidas estão expostos acima nas figuras de Nº7 à Nº9 dando a dimensão da variedade de opiniões colhidas e que foram alvo de discussão sendo abordadas no próximo capítulo deste trabalho.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante a revisão literária, foram abordados casos históricos e a influência destes casos na evolução da doutrina de Operações na Selva, tanto no exterior quanto no Brasil. Paralelamente, foi abordado o estabelecimento do narcotráfico, na região Amazônica, e os seus desdobramentos para a segurança pública e soberania nacional.

A evolução da legislação anti-drogas, no Brasil e no ocidente, também foi abordada, bem como seus efeitos de caráter prático, tanto para o Estados Nacionais, comprometidos com o combate às drogas, quanto para as Organizações Criminosas, dedicadas a esse comércio. A escalada da violência, no Brasil e em países vizinhos, os condicionantes humanos, geográficos e históricos que favoreceram o estabelecimento do narcotráfico na Amazônia também foram abordados.

O crescimento da violência, conduzindo países vizinhos à guerras civis. A gradual sobrecarga dos Órgãos de Segurança Pública, Estaduais e Federais, culminando com o envolvimento direto das Forças Armadas no combate à esse ilícito, não somente na esfera do cumprimento legal das legislações anti-drogas, mas também como fator de Segurança Nacional, foram objeto da revisão bibliográfica realizada.

A importância de se conhecer o Modus Operandi das principais facções criminosas que operam na região amazônica, sua relação com as populações locais, assim como suas possibilidades e limitações, também foram abordadas na revisão bibliográfica.

Por fim, o questionário distribuído buscou identificar as opiniões dos elementos táticos envolvidos no planejamento e condução das Operações de Combate ao Narcotráfico na Amazônia. As respostas colhidas foram relacionadas às informações levantadas dentro da revisão literária e foram discutidas neste capítulo dentro de subitens relacionados às Questões de Estudo que este trabalho busca responder.

5.1 PERGUNTAS (Nº1 / Nº2)

As perguntas Nº1 e Nº2 buscaram traçar um perfil dos voluntários, que responderam ao questionário, discriminando os percentuais de participantes nos postos e graduações e identificando o corte temporal aonde ocorreram a maioria das experiências vivenciadas. Feito isso, tornou-se possível estabelecer inferências quanto aos níveis de planejamento em que os voluntários se encontravam, bem como encaixar suas experiências dentro do cenário geral que se apresentava à época.

Como destacado no capítulo anterior, presumivelmente a maioria dos oficiais voluntários se entrava na faixa dos Tenentes e Capitães e entre os praças, na faixa entre os 3º Sargento e 1º Sargento. A característica verticalizada das Forças Armadas, com quadros mais numerosos entre os elementos mais baixos na cadeia de comando, bem como a particularidade da condução das Operações em Ambiente Amazônico, predominantemente descentralizadas, conduzidas nos níveis pelotão e subunidade, já levavam a crer que seria esta a fotografia a ser retratada pelo universo amostral deste questionário.

Uma vez estabelecido o público majoritário, que respondeu ao questionário, pude inferir que as percepções, apresentadas nas perguntas subsequentes, representam a visão do elemento executante ou planejador no nível mais elementar. Essas opiniões demonstram as percepções de acertos e oportunidades de melhoria, a partir da perspectiva dos níveis mais elementares de comando, não estando, necessariamente alinhadas, com o entendimento de sucesso estabelecido pelos escalões mais elevados.

Faz-se necessário levar em consideração as falhas pessoais, nos mais diversos níveis, que podem ter levado a percepções de problemas no processo de planejamento e condução das operações, mas que na verdade reflitam falhas procedimentais do indivíduo. Um exemplo seria: a indevida compartimentação das informações de inteligência, que tenham sido represadas nos níveis de estado maior, prejudicando a consciência situacional dos elementos na ponta da linha.

Quanto ao recorte temporal, as experiências colhidas encontram-se predominantemente dentro da situação vigente até os dias atuais. As informações colhidas estão alinhadas com o arcabouço legal que respalda as

operações, bem como a situação das Organizações Criminosas que operam na Faixa de Fronteira, garantindo assim que anacronismos não tenham tido percentuais relevantes no total das respostas obtidas.

5.2 PERGUNTAS (Nº3 / Nº4)

As perguntas Nº3 e Nº4 buscaram limitar o universo amostral a aqueles que possuem experiência com os tipos de operações que são o alvo deste trabalho, bem como extrair uma percepção inicial dos voluntários a respeito da efetividade destas ações. As respostas colhidas permitiram a realização de inferências que serão exploradas neste capítulo.

Quanto a pergunta Nº3, o percentual de respostas, superior aos 90% de participação em Operações de Combate ao Narcotráfico deixa claro que estas ações fazem parte da rotina das Organizações Militares Operacionais de Selva, sendo, não raras vezes, o carro chefe das atividades exercidas. O percentual obtido confere maior credibilidade aos resultados colhidos pelas demais perguntas, uma vez que a grande maioria opina baseado em experiências pessoais vividas na prática.

Quanto a pergunta Nº4, observa-se uma percepção predominantemente positiva quanto a efetividade das ações desencadeadas nos quesitos Sensação de Segurança e Dissuasão. Fica evidente, no entanto, a percepção predominantemente pessimista quanto à efetividade no quesito Volumes de Drogas Apreendidas, denotando aparente frustração dos elementos que responderam esta pergunta.

Uma infêrencia possível deste cenário apresentado pela pergunta Nº4 seria a respeito da sensação relativa ao custo benefício destas operações. A dificuldade de materializar resultados, por meio da apreensão de entorpecentes, força os elementos condutores das operações, a buscar indicadores imateriais, como Sensação de Segurança e Dissuasão, na tentativa de validar suas ações e motivar a si mesmos e seus subordinados.

A condução de operações, aparentemente sem sentido, finalidade ou resultados práticos tendem a desmotivar os elementos envolvidos, abrindo espaço para condutas inadequadas, tanto na esfera disciplinar, quanto na esfera

legal. Os elementos em função de comando buscam motivar seus subordinados ao cumprimento do dever, enaltecendo a relevância das ações desencadeadas, de forma a justificar os esforços realizados.

A conclusão mais óbvia é de que uma fração que não acredita na sua missão, dificilmente a realizará nas melhores condições. Face ao exposto, as percepções de aparente frustração indicadas em parte das respostas à pergunta N°4 acendem um sinal de alerta.

5.3 PERGUNTAS (N°5 / N°6)

As perguntas N°5 e N°6 possuem caráter mais técnico e buscam identificar, junto aos voluntários que responderam a pesquisa, quais fatores que, em suas opiniões, possuem maior relevância na efetividade das Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica, bem como as maiores dificuldades encontradas no processo de Planejamento e Condução dessas Operações. As respostas obtidas formam uma fotografia relativamente nítida da percepção do universo amostral da pesquisa nos quesitos abordados nessas perguntas.

Quanto aos fatores que influem na efetividade das ações contra o narcotráfico, abordados na pergunta N°5, os voluntários que responderam ao questionário destacaram: a Duração das Ações, Ausência de Informações de Inteligência, Planejamento Sumário e Apoio Logístico como os mais relevantes. Cada um desses fatores foi abordado neste capítulo de forma contextualizada, a fim de estabelecer uma ligação nítida entre eles e os condicionantes que possivelmente os levaram a serem destacados.

A Duração das Ações e o Apoio Logístico são fatores que se encontram diretamente relacionados uma vez que o segundo interfere no primeiro. As ações em Ambiente de Selva, normalmente são descentralizadas, muitas vezes ocorrendo nos níveis pelotão e subunidade. A ausência de infraestruturas como pontes e estradas, além das grandes distâncias, dificultam o estabelecimento de uma calda logística eficiente com os meios orgânicos do Batalhão de Infantaria de Selva.

A solução logística mais comum é dotar os elementos em 1º escalão das provisões necessárias ao cumprimento da missão, sem a necessidade de um ressuprimento em posição. A consequência dessa linha de ação é que, dada as limitações, tanto de armazenamento e confecção de ração quente, quanto do limite biológico recomendado para o consumo de Ração Operacional (R2), limitando o consumo prolongado desta ração, as operações tendem a ser encurtadas para se adequarem às limitações logísticas.

O encurtamento das operações, tende a estimular nos (APOP) o Modus Operandi de reduzir seu perfil ou mesmo interromper suas atividades durante a permanência dos militares na área, uma vez que estão cientes do gargalo logístico que limita a permanência da tropa em operações. Como resultado, essa limitação temporal causada pelas dificuldades logísticas tem um impacto grande na efetividade das operações.

Quanto ao Planejamento Sumário e Ausência de Informações de Inteligência, podemos inferir que o segundo exerce influência sobre o primeiro na medida que o elemento responsável pelo planejamento, ao dispor de pouco material de inteligência, terá poucos subsídios para detalhar suas ações, limitando-se a realizar coordenações administrativas e de segurança. Essa situação somada à rotina das atividades correlatas levam a condução dessas operações a uma situação de “mais do mesmo”.

A sequência das operações, repetidas de forma mecânica e não alimentadas por elementos novos de inteligência conduzem as frações a situação de rotina, semelhante a qualquer serviço de escala realizado no aquartelamento. Esse fator contribui negativamente para a efetividade das operações, uma vez que os APOP podem antever o Modus Operandi da tropa, o qual se repete, por não haver elementos novos no planejamento que induzam a mudança das ações.

Quanto as maiores dificuldades enfrentadas no Planejamento e Condução das Operações contra o Narcotráfico da Faixa de Fronteira, abordadas na pergunta Nº6, os voluntários que responderam ao questionário destacaram: Dificuldades Logísticas, Ausência de Informações de Inteligência, Ausência de Objetivos Claros e Restrições Impostas pelo Material de Emprego Militar (MEM). As perguntas Nº5 e Nº6 se complementam e a maioria dos fatores que aparecem na primeira se repetem na segunda, de forma que suas contextualizações já foram, ao menos em parte abordadas.

As restrições logísticas e de inteligência, já abordadas anteriormente, acabam por influenciar na duração das ações e na qualidade do planejamento. O resultado aparente, identificado neste questionário, é a percepção, junto ao universo amostral, da influência negativa destes fatores, apontados como dificuldades para a efetividade das Operações contra o Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica.

Quanto às dificuldades impostas pelos MEM, evidencia-se um descontentamento do universo amostral relativa à performance desses materiais. A baixa disponibilidade, particularmente das embarcações e armamentos; a prolongada e intensiva utilização, para além da vida útil dos materiais e a carência de meios com tecnologia agregada, como drones de observação e equipamentos de visão noturna são situações comumente encontradas nos Batalhões de Infantaria de Selva e podem justificar essa percepção por parte dos voluntários que responderam ao questionário.

5.4 PERGUNTAS (Nº7 / Nº8)

As perguntas Nº7 e Nº8 referem-se a opinião dos voluntários que responderam ao questionário a respeito da necessidade ter acesso a Elementos Essenciais de Inteligência (EEI), relacionados ao Modus Operandi dos narcotraficantes que atuam na região onde se pretende operar, bem como identificar a frequência com que as informações de inteligência são disponibilizadas para subsidiar o planejamento das ações. As respostas obtidas fornecem uma fotografia a respeito do assunto para o universo amostral.

A grande maioria dos participantes considerou os EEI, relativos ao Modus Operandi dos narcotraficantes, como relevantes para o planejamento das operações. Paralelamente as respostas obtidas para a pergunta Nº8, revelaram que em apenas metade das operações foram disponibilizadas, previamente, informações de inteligência para subsidiar o planejamento.

As respostas às perguntas Nº7 e Nº8 evidenciam uma preocupação do universo amostral com as informações de inteligência ao mesmo tempo em que revelam que nem sempre esses EEI encontram-se disponíveis. A preocupação dos elementos em 1º escalão quanto à importância dos EEI encontra forte

respaldo na doutrina militar brasileira vigente, constituindo um elemento básico para o Processo de Planejamento e Condução das Operações.

Apesar das 2ª Seções dos Batalhões de Infantaria de Selva só coletarem dados de fonte aberta, documentos como os Levantamentos Estratégicos de Área (LEA), que nela circulam e que não tenham classificação, poderiam ser disponibilizados, ao menos para os elementos em função de comando, para subsidiar o planejamento. A situação evidenciada pelas perguntas N°7 e N°8 podem não ser decorrentes da carência de EEI, mas sim de falhas procedimentais, que acabam por compartimentar as informações de inteligência, negando-as aos elementos em 1º escalão.

5.5 PERGUNTAS (N°9 / N°10)

A pergunta N°9 buscou identificar quais as informações e documentos operacionais com os quais os voluntários, que responderam ao questionário, tiveram mais contato quando do recebimento das ordens para o planejamento das operações. As respostas obtidas mostram que as Regras de Engajamento, Ordens Verbais e Ordens de Operações do Escalão Superior são os subsídios mais comuns para o planejamento das Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira.

As respostas obtidas para a pergunta N°9 não configuram uma surpresa, uma vez que esses documentos e informações presumivelmente seriam os carros-chefes para o acionamento e planejamento inicial de qualquer operação no âmbito do Exército Brasileiro. Particularmente a Ordem de Operações do Escalão Superior, quando completa, com seus anexos de inteligência e logística, tende a esgotar as informações necessárias para o planejamento e cumprimento da missão.

A pergunta N°10 buscou abrir espaço para que os voluntários expressassem suas opiniões quanto a oportunidades de melhoria no processo de Planejamento e Condução das Operações de Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica, nos níveis Unidade e Subunidade de Fuzileiros de Selva. As respostas obtidas foram várias e reproduziremos algumas, que apareceram com maior frequência, como forma de exemplificação.

Entre as ideias mais repetidas estão: a necessidade de mais informações de inteligência, com maior detalhamento; melhoria no apoio logístico; mais coordenações com outras agências e mais treinamento, alinhado com as regras de engajamento. As respostas obtidas para a pergunta Nº10 expressam a visão de seus autores baseadas em suas experiências pessoais e não necessariamente encontram-se em consonância com os resultados apresentados neste trabalho.

6. CONCLUSÃO

O Tráfico de Entorpecentes na Amazônia, objeto deste trabalho, aparece como um fenômeno complexo, com raízes históricas, aparentemente sem solução no curto prazo e com potencial de desestabilizar a relação de poder e soberania nacional na região. Paralelo a isso, extrapolando os limites Amazônicos, ocorre em âmbito nacional e internacional uma ampla revisão a respeito das políticas públicas quanto ao enfrentamento da “Pandemia das Drogas”.

A relação umbilical entre as Organizações Criminosas e as populações tradicionais da Amazônia, sejam elas ribeirinhas ou indígenas, foram objeto deste trabalho. A vulnerabilidade em que se encontram essas populações, somadas à ausência do Estado e a carência de todo tipo de serviço básico formam o cenário ideal que fomenta o crescimento do narcotráfico na medida em que a mão de obra local é vasta, barata e possuiu conhecimentos do terreno que muitas vezes faltam aos órgãos de repressão.

Quanto ao Modus Operandi das Organizações Criminosas, destacamos os modais para o transporte dos entorpecentes, que são muitos, englobando aeronaves de pequeno porte que operam em pistas clandestinas, embarcações que podem ser rápidas e furtivas ou regionais de baixo perfil além do transporte terrestre feito por meio de trilhas através da mata. A exceção das aeronaves, os demais modais são operacionalizados por mão de obra local, os quais possuem amplo conhecimento do terreno, muitas vezes desbordando as estruturas de fiscalização, as quais normalmente encontram-se desdobradas em rios e nas poucas estradas disponíveis.

As percepções dos elementos em primeiro escalão a respeito da eficiência e oportunidades de melhoria nas Operações Contra o Narcotráfico foram objeto deste trabalho, foram ouvidos 74 (setenta e quatro) participantes, que se voluntariaram a responder um questionário com perguntas relativas ao tema. As múltiplas percepções do universo amostral revelam que para os voluntários existem oportunidades de melhoria na condução destas operações, particularmente no que tange os aspectos logísticos e informações de inteligência.

Falando especificamente sobre as capacidades dos Batalhões de Infantaria de Selva (BIS), este trabalho procurou encontrar as raízes doutrinárias que serviram de subsídio para a atual doutrina brasileira de operações na selva e que em última instância serviu de base para a concepção organizacional e de quadro de material de dotação destas unidades. Inicialmente foi identificado a convergência entre a concepção de “Guerra Contrarrevolucionária”, fonte para a Doutrina Brasileira de Guerra na Selva e as operações desencadeadas contra o Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica.

As operações, majoritariamente descentralizadas, os combates de encontro e de baixa intensidade, as características de força oponente irregular, descacterizada e misturada às populações locais são algumas das convergências entre o preconizado para “Guerras Contrarrevolucionárias” e Operações Contra o Narcotráfico. Sob esta óptica, concluo que os (BIS) possuem características de material e doutrina de emprego condizentes com as necessidades para o emprego contra o Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica.

As limitações impostas pelo material de emprego militar (MEM), pelas dificuldades de apoio logístico, pela carência de apoio aéreo e as restrições quanto ao acesso às informações de inteligência impedem que os (BIS) operem no “Estado da Arte”. As dificuldades já citadas, somadas à rotina das operações e eventualmente o despreparo dos quadros afetam o rendimento das ações e essa percepção, de oportunidade de melhoria, se faz sentir nas opiniões colhidas pelo questionário distribuído para este trabalho.

Por fim, concluo que dadas as concepções de preparo e emprego dos (BIS) somadas às condições materiais e de pessoal qualificado disponível, face aos desafios do Combate ao Narcotráfico na Faixa de Fronteira Amazônica, estas Organizações Militares (OM) entregam o possível, porém, poderiam otimizar sua atuação.

REFERÊNCIAS

A. RIGDEN, O.B.E. **The British Approach to Counter-insurgency: Myths, Realities, and Strategic Challenges**. U.S Army War College. Washington DC, 2008. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA479660>>. Acesso em: 31 mar 2022.

ALMEIDA, Renata Visco Costa de. **Evolução da legislação antidrogas no Brasil** Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 11 fev 2022. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52279/evolucao-da-legislacao-antidrogas-no-brasil>>. Acesso em: 11 fev 2022.

APREENSÃO DE DROGAS. Manaus-AM, 2022. **Revista Cenarium**. Disponível em: <<https://revistacenarium.com.br/rios-amazonicos-sao-principais-rotas-para-transporte-de-toneladas-de-drogas/>>. Acesso em: 16 abr 2022.

BRASIL. Exército. **IP 72-1: Operações na Selva**. 1. ed. Brasília, DF, 1997.

_____. _____. **IP 72-10: Companhia de Fuzileiros de Selva**. 1. ed. Brasília, DF, 1995.

_____. _____. **C 72-20: Batalhões de Infantaria de Selva**. 1. ed. Brasília, DF, 1997.

_____. _____. **EB70-CI 11.450: Caderno de Instrução Patrulhas**. 1. ed. Brasília, DF, 2021.

COUTO, Aiala Corales. **A ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. Belém-PA: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 2018, 69 p.

FARC, COLÔMBIA. 2016. **REUTERS/Jose Miguel Gomez**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/news/picture/colombias-long-war-with-the-farc-idUSRTSR6WS>>. Acesso em: 9 abr 2022.

HEILBRUNN, Otto. **Strategy in Vietnam**. Partisan Warfare, Londres, p. 99, p 100. 1965.

KOMER, R.W. **The Malayan Emergency in Retrospect: Organizeition of A Successful Counterinsurgency Effort**. Washington DC, 1972. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/reports/R957.html>>. Acesso em 30 mar 2022.

MALAYAN EMERGENCY. June-1948 Malaysia. **National Army Museum**. Disponível em: <<https://www.nam.ac.uk/explore/malayan-emergency>>. Acesso em: 5 abr 2022.

MARCELLA, Gabriel. **Plan Colombia: The Strategic and Operational Imperatives**. U.S Army War College. Washington DC, 2001. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA388752>>. Acesso em: 31 mar 2022.

MARTU, Amadeus Martins. **A narcoguerrilha na fronteira amazônica: Uma questão de soberania e integridade territorial**. 2002, 81 f, 82, f, 86 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2002.

MILITARES NA AMAZÔNIA. Tabatinga-AM, 2017. **Felipe Souza/BBC Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39036636>>. Acesso em: 15 mar 2022.

MOREIRA, G. Fernanda, ARAUJO, R. Marcelo, DARTIU, X. Silveira. **A História das Drogas. Panorama Atual das Drogas e Dependências**. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283161503_Historia_das_drogas>. Acesso em: 29 mar 2022.

NAGL, John A. **British and American Army Counterinsurgency Learn During the Malayan Emergency and the Vietnam War**. Spring, 1999. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/wrldaf161&div=27&id=&page=>>. Acesso 20 fev 2022.

PARENTE, Fernando Vidal Vianna. **Narcotráfico na Amazônia: Um desafio para a defesa nacional**. 2020, 19 f. Artigo Científico – Escola Superior de Guerra, ESG, Brasília, 2020.

REBELIÃO. Manaus –AM, 2020. **Jornal Rondônia Agora**. Disponível em: <<https://www.rondoniagora.com/cidades/controlada-rebeliao-em-presidio-de-manau>>. Acesso em: 15 mar 2022.

RODRIGUES, Umberto Ramos. **Tráfico de Entorpecentes na Amazônia. Identificando Caminhos e Rotas Vulneráveis**. 2015, 82 f, 83 f. Nuria Fabris, 1. ed. Porto Alegre, 2015.

SIQUEIRA, L.B. Ítalo, PAIVA, L. F. Silva. **“No Norte Tem Comando”: As Contradições e os Efeitos Políticos do Encarceramento em Massa**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52178>>. Acesso em: 29 mar 2022.

USA. Headquarters, Department of the Army. **FM 90-5 Jungle Operations**. Washington DC, 1982.

USA. Headquarters, Department of U.S Marine Corps and U.S Army . **MCTP 12-10C Jungle Operations**. Washington DC, 2020.

VIETNAM WAR. U.S. Marines’ 163rd Helicopter Squadron -1965. **Washington Post**. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/opinions/separating->

[truth-from-myths-about-the-vietnam-war/2017/10/13/67184236-ae02-11e7-9b93-b97043e57a22_story.html](https://www.reuters.com/world/asia-pacific/truth-from-myths-about-the-vietnam-war/2017/10/13/67184236-ae02-11e7-9b93-b97043e57a22_story.html)>. Acesso em: 7 abr 2022.